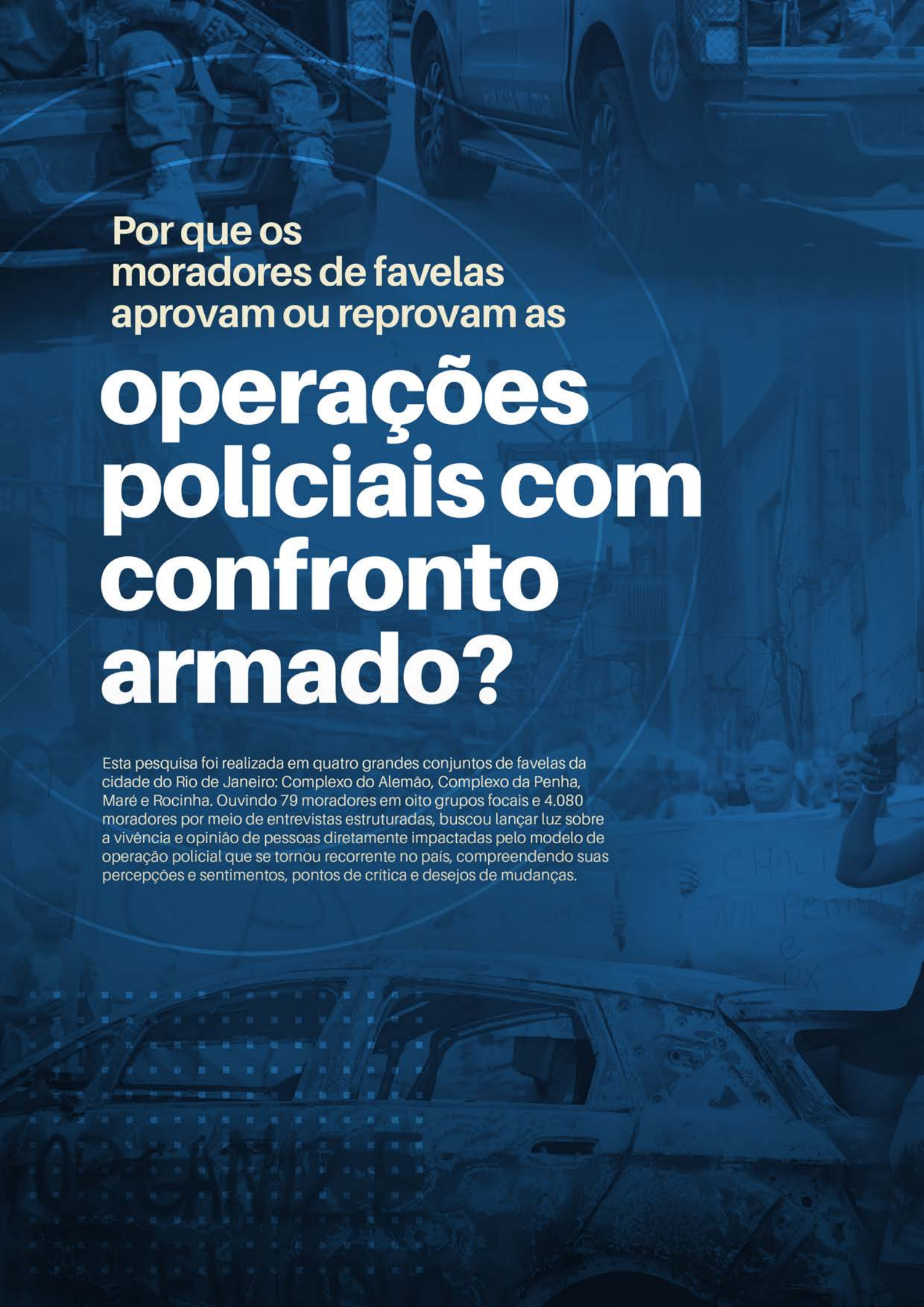


The background image is a blue-tinted photograph of a favela. In the upper left, a police officer in tactical gear is visible. In the center, a white pickup truck is parked. In the lower right, a group of people is gathered, with one person holding a sign that reads "CHACI NA PENHA e RX".

Por que os moradores de favelas aprovam ou reprovam as operações policiais com confronto armado?

Esta pesquisa foi realizada em quatro grandes conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro: Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha. Ouvindo 79 moradores em oito grupos focais e 4.080 moradores por meio de entrevistas estruturadas, buscou lançar luz sobre a vivência e opinião de pessoas diretamente impactadas pelo modelo de operação policial que se tornou recorrente no país, compreendendo suas percepções e sentimentos, pontos de crítica e desejos de mudanças.



SUMÁRIO

Apresentação.2

1. Metodologia6

1.1. Etapa qualitativa7

1.2. Etapa quantitativa8

2. O que os moradores pensam sobre as operações policiais10

2.1. O que molda a opinião dos moradores19

3. Como os moradores vivenciam as operações policiais22

4. O medo que as operações produzem26

5. Legitimidade e moralidade das operações policiais32

Considerações finais38

Apresentação



Há uma longa tradição no Brasil de colocar a favela no centro do debate público sem tomar em conta a opinião dos seus moradores. Frequentemente, essas conversas giram em torno de temas como urbanização, serviços públicos, remoção e, claro, violência.

Não foi diferente depois da operação policial que terminou com 122 pessoas mortas nos Complexos da Penha e do Alemão, em 28 de outubro de 2025. As famílias ainda não haviam reconhecido os corpos, mas institutos de pesquisa já haviam rodado consultas sobre a aprovação ou não da ação das forças de segurança.

Essas pesquisas não são ilegítimas, mas é preciso reconhecer seus limites. Elas aconteceram no calor de um momento que se caracteriza por agitação e muita desinformação. Elas também têm um viés claro: a maioria dos respondentes desconhece na pele o que é uma operação policial como aquela e quais as suas consequências. Este não é um mero detalhe.

A opinião pública é uma construção de sentidos inscritos em temporalidades distintas e em condições de existência marcadas por desigualdades e dinâmicas territoriais. É nesse mar de complexidade que as percepções dos moradores de favelas frequentemente se perdem ou são pouco evidenciadas.

A pesquisa **“Por que os moradores de favelas aprovam ou reprovam as operações policiais com confronto armado?”** foi proposta para contribuir com a superação dessa distorção. O objetivo aqui é exatamente lançar luz sobre a vivência e opinião daqueles que são os principais atingidos pelo modelo de operação policial que se tornou aceitável e recorrente no país.

Não se trata de uma resposta às pesquisas que aconteceram no contexto da operação de outubro de 2025, mas de um esforço mais abrangente. Buscou-se compreender as motivações e influências que contribuem para a percepção dos moradores sobre as operações, os pontos de crítica, os desejos de mudanças, os sentimentos e sensações que a atuação das forças policiais desperta.

A pesquisa foi realizada em quatro grandes conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro: Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha. Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, esses territórios somam 11% de todos os tiroteios registrados em ações policiais na cidade do Rio de Janeiro desde 2017 e, também, 19% de todos os baleados nessas ocasiões. Ou seja, estamos falando de uma população que convive intensamente com confrontos armados motivados pela ação das forças de segurança. Ao privilegiar a escuta de sujeitos diretamente impactados, buscou-se acessar dimensões da vida cotidiana, tais como as restrições à circulação, as reconfigurações no uso dos espaços públicos e as interrupções nas rotinas de trabalho e cuidado.

Uma pessoa que mora, por exemplo, na Maré conviveu com 92 operações policiais entre 2023 e 2025 – média superior a 30 operações por ano. Sua opinião não é necessariamente mais relevante que a de qualquer outro cidadão, mas é preciso reconhecer o valor da experiência dos moradores de favela para a análise da política de segurança baseada nas operações com confronto armado.

Pense, por exemplo, nas seguintes questões: as demais parcelas da população que apoiam a atuação policial baseada no confronto teriam a mesma opinião se confrontadas com os efeitos dessas operações nas vidas de dezenas de milhares de pessoas? Será que essas mesmas parcelas da população, para além de dizer “apoio” ou “não apoio”, reconhecem os abusos, a ineficiência e legitimam as práticas das operações policiais altamente letais?

Como é possível perceber, por debaixo de questões simplificadoras, há muito mais a ser debatido. Os resultados apresentados a seguir revelam isso: uma população que conhece profundamente a violência que vive, julga moralmente o Estado que deveria protegê-la e, ainda assim, em muitos casos, não vê alternativa.

Os resultados estão organizados em quatro eixos. O primeiro analisa o posicionamento dos moradores frente às operações: quem concorda ou discorda e o que explica essa diferença. O segundo examina as vivências concretas durante as operações: o que acontece quando a polícia entra no território. O terceiro investiga o clima emocional produzido pelas operações: o medo e a indignação que elas geram, tanto em relação à polícia quanto aos grupos armados. O quarto discute a legitimidade e a moralidade das operações: como os moradores julgam os abusos, a alta letalidade e o racismo que as atravessam.

A reprovação às operações é ampla. Três em cada quatro moradores discordam das operações realizadas em seus territórios e 91% reconhecem que a polícia comete excessos e ilegalidades durante as operações, incluindo 85% daqueles que as apoiam. Quando perguntados se as operações devem continuar sendo realizadas da forma como são hoje, 92% reprovam o modelo, incluindo 74% dos que concordam com as operações. Para 95%, incluindo 85% dos favoráveis às operações, elas não melhoram a segurança das famílias.

Esta pesquisa só foi possível porque foi construída de dentro para fora: por quem conhece os territórios e é reconhecido por aqueles que vivem ali. Ela foi proposta pela Redes da Maré e conduzida em parceria com Frente Penha, Instituto Raízes em Movimento, Instituto Papo Reto, Fala Roça e A Rocinha Resiste, organizações da sociedade civil com atuação direta nos territórios pesquisados. Esta parceria vigorou em todas as etapas da pesquisa, proporcionando um estudo enraizado nas experiências locais e comprometido com a produção de conhecimento consistente para apoiar a ação coletiva e contribuir com o debate sobre a política de Segurança Pública em toda a sociedade.

A presente publicação é um sumário dos resultados deste estudo, que busca uma visão integrada e abrangente dos temas e quesitos investigados em ambas as etapas da pesquisa, a qualitativa e a quantitativa. Outros resultados e análises estão disponíveis em um Relatório ampliado, que percorre todos os quesitos do questionário utilizado nas entrevistas e traz informações mais detalhadas sobre a metodologia.

Boa leitura!



1. Metodologia

A pesquisa foi realizada em duas etapas, uma qualitativa e uma quantitativa, em quatro grandes conjuntos de favelas do Rio de Janeiro:

Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha

Na etapa qualitativa, foram realizados oito grupos focais, somando a participação de 79 moradores. Na etapa quantitativa, foram realizadas entrevistas estruturadas presenciais com 4.080 moradores.

ETAPA QUALITATIVA

8 → 79
GRUPO FOCALIS MORADORES

ETAPA QUANTITATIVA

4.080
MORADORES

Um aspecto central do estudo é que ele foi conduzido por organizações da sociedade civil que atuam diretamente em favelas. Elas foram responsáveis por definir o desenho do trabalho, pela elaboração dos instrumentos de coleta, a mobilização dos participantes e a realização do trabalho de campo. O trabalho de campo foi conduzido por pesquisadores moradores dos próprios territórios investigados. Esse arranjo conferiu à pesquisa um caráter situado, ancorado em relações de confiança e em um conhecimento acumulado sobre as dinâmicas locais. O resultado é um trabalho que se caracteriza por uma forte escuta e pela aderência dos instrumentos às realidades investigadas.

1.1. Etapa qualitativa

Na primeira fase da pesquisa foram realizados oito grupos focais com pessoas adultas diretamente afetadas pelas operações policiais com confronto armado. Nessa etapa os participantes puderam compartilhar experiências, percepções e interpretações sobre temas como violência, proteção, medo, perda, uso dos espaços públicos, transformações territoriais e relações com instituições.

Os grupos focais contribuíram de maneira decisiva para a construção da etapa quantitativa, apontando temas relevantes, variáveis indispensáveis e auxiliando na formulação de perguntas mais precisas e contextualizadas com as realidades locais. Os principais achados dos grupos focais foram incorporados ao questionário da etapa seguinte, a fim de mensurar sua prevalência na população amostral.

1.2. Etapa quantitativa

A amostra quantitativa foi composta por 4.080 entrevistas realizadas entre os dias 13 e 31 de janeiro de 2026 e distribuídas de forma igualitária entre as quatro localidades (1.020 entrevistas em cada). A pesquisa foi realizada por amostragem não probabilística, combinando a amostra por estratos geográficos e a seleção por cotas. Os estratos geográficos foram os territórios de referência – Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha. A seleção por cotas, dentro de cada estrato geográfico, foi orientada por perfis de localidade de residência, sexo e faixa etária.

Como os quatro territórios têm populações de tamanhos diferentes, os resultados totais foram calculados de forma ponderada, dando peso proporcional a cada um. Para esse desenho, o tamanho populacional de referência foi o registrado pelo Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O quadro a seguir mostra os totais de habitantes e da população maior de 18 anos nos conjuntos de favelas pesquisados. Também mostra o número de entrevistas, o peso utilizado na ponderação dos resultados totais e uma estimativa de quantas pessoas elegíveis (isto é, maiores de 18 anos) a pessoa entrevistada representa no respectivo território.

Tamanho do universo, tamanho da amostra e peso amostral

Território	Nº de habitantes	Universo da pesquisa: população maior de 18 anos (= N)	Nº de entrevistados (= n)	peso da entrevista (= p)	Representatividade da pessoa entrevistada
Complexo do Alemão	45.798	33.312	1.020	0,160	32,659
Complexo da Penha	38.682	29.018	1.020	0,139	28,449
Maré	124.832	91.696	1.020	0,439	89,898
Rocinha	72.021	54.638	1.020	0,262	53,567
Total Geral	281.333	208.664	4.080	1	-

Nota: A população representada corresponde ao número de residentes maiores de 18 anos segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE.

As variáveis utilizadas para definir as cotas de entrevistados foram: **local de moradia, gênero e idade**. Neste estudo, além das cotas, foram determinadas algumas regras para a seleção. Não era permitido: i. entrevistar conhecidos; ii. entrevistar mais de uma pessoa por domicílio; iii. entrevistar pessoa que soubesse ter parentesco de 1º ou 2º grau com outra já entrevistada.

Esse tipo de amostragem, não probabilística, não permite calcular um erro amostral formal, porém, o rigor metodológico e o tamanho expressivo da amostra conferem consistência e confiabilidade aos resultados. Assim, para fins de interpretação, pode-se levar em conta que a amostra simula uma seleção aleatória que teria, para os resultados gerais, a margem de erro de ± 2 pontos percentuais, em um intervalo de confiança de 95%. Nas análises por território (estratos amostrais), a margem de erro seria de ± 3 pontos percentuais, aproximadamente.

Por fim, para a leitura dos resultados, as respostas foram agregadas em dois polos analíticos:



a. Discordância:
pessoas que responderam “discordar” ou “mais discordar do que concordar”.

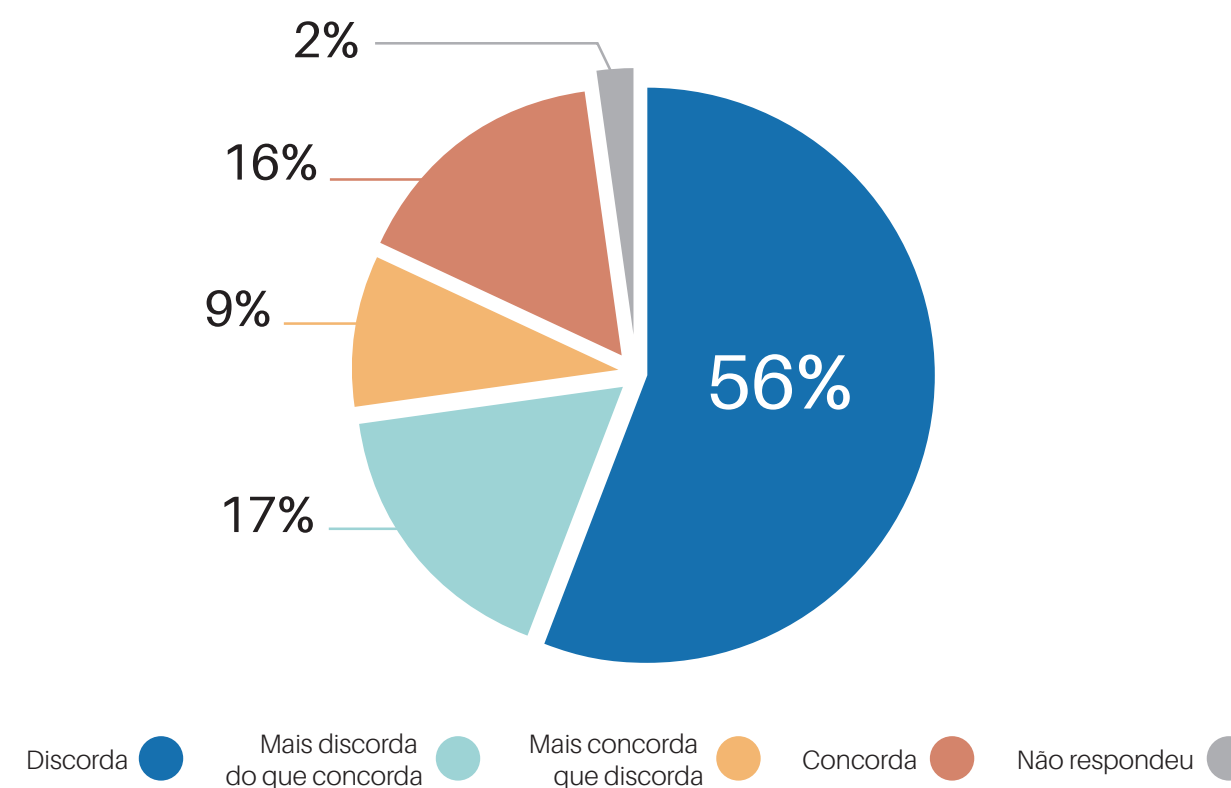


b. Concordância:
pessoas que responderam “concordar” ou “mais concordar do que discordar”.

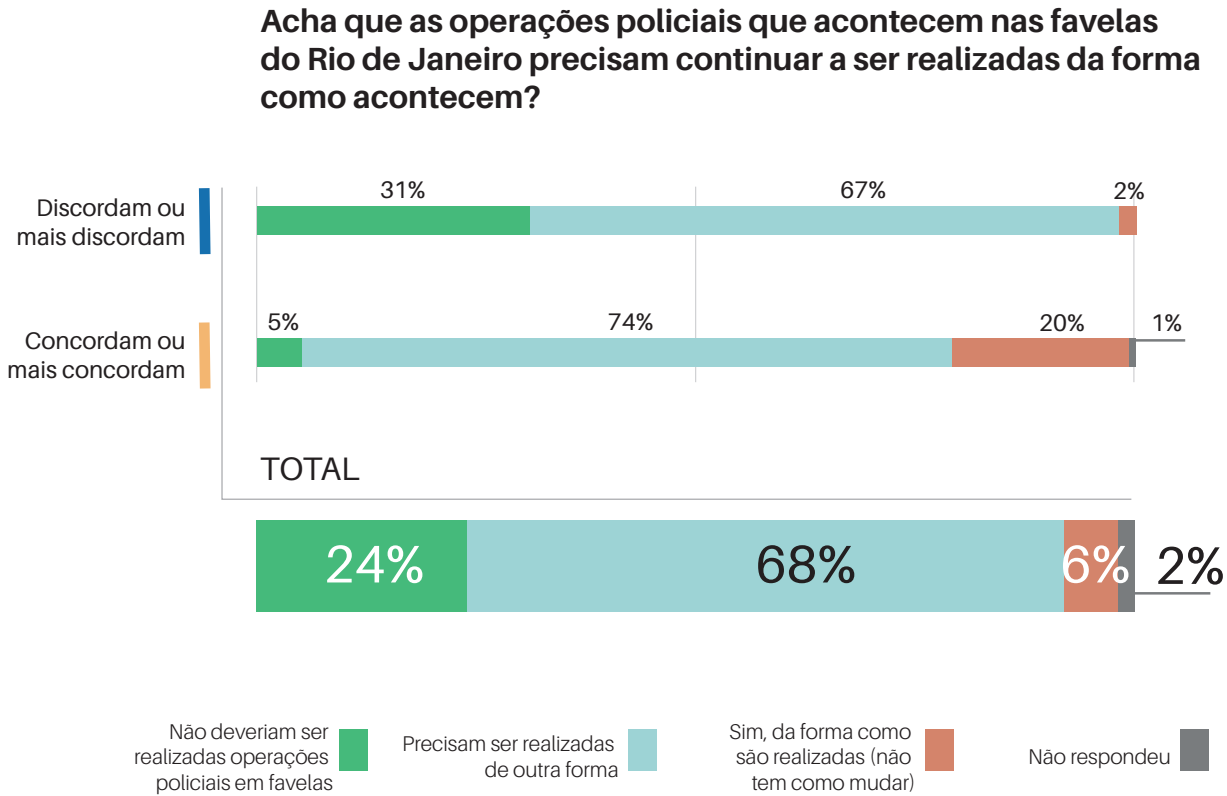
2. O que os moradores pensam sobre as operações policiais

Três em cada quatro moradores se posicionam contrários às operações policiais realizadas em seus territórios. No conjunto da amostra, **73% expressam discordância ou mais discordância**, enquanto **25% manifestam algum nível de concordância**. A discordância total com as operações (56%) supera toda a concordância somada de 25% (aqueles que concordam totalmente e mais concordam que discordam), indicando que a reprovação não é apenas majoritária, mas socialmente consolidada.

VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DAS OPERAÇÕES POLICIAIS QUE SÃO REALIZADAS NO TERRITÓRIO?



Quando perguntados se as operações policiais devem ser realizadas da maneira como são hoje, a crítica se amplia: 92% reprovam o modelo atual. Entre os entrevistados, 68% afirmam que as operações “precisam ser realizadas de outra forma” e 24% dizem que “não deveriam ser realizadas operações policiais em favelas”. Mesmo entre os que concordam com as operações, apenas 20% defendem o modelo atual.



A insatisfação com as operações policiais apareceu nos grupos focais de maneira contundente:

“A operação não entra só com arma; entra com humilhação.”

“A vida para quando tem operação.”

“O morador paga uma conta que não é dele.”

A discordância das operações policiais é mais elevada entre os jovens de 18 a 29 anos

A discordância das operações policiais é mais elevada entre os mais jovens. Entre aqueles de 18 a 29 anos, ela atinge 79%. Esse número pode estar relacionado à maior exposição — direta e indireta — às dinâmicas da violência motivadas pelas operações policiais. Seja porque são eles que estão nos espaços públicos no momento em que a polícia entra, seja porque são alvos de processos de criminalização, ou ainda pela proximidade com outros jovens, faixa etária que concentra a maioria das vítimas nesses casos.

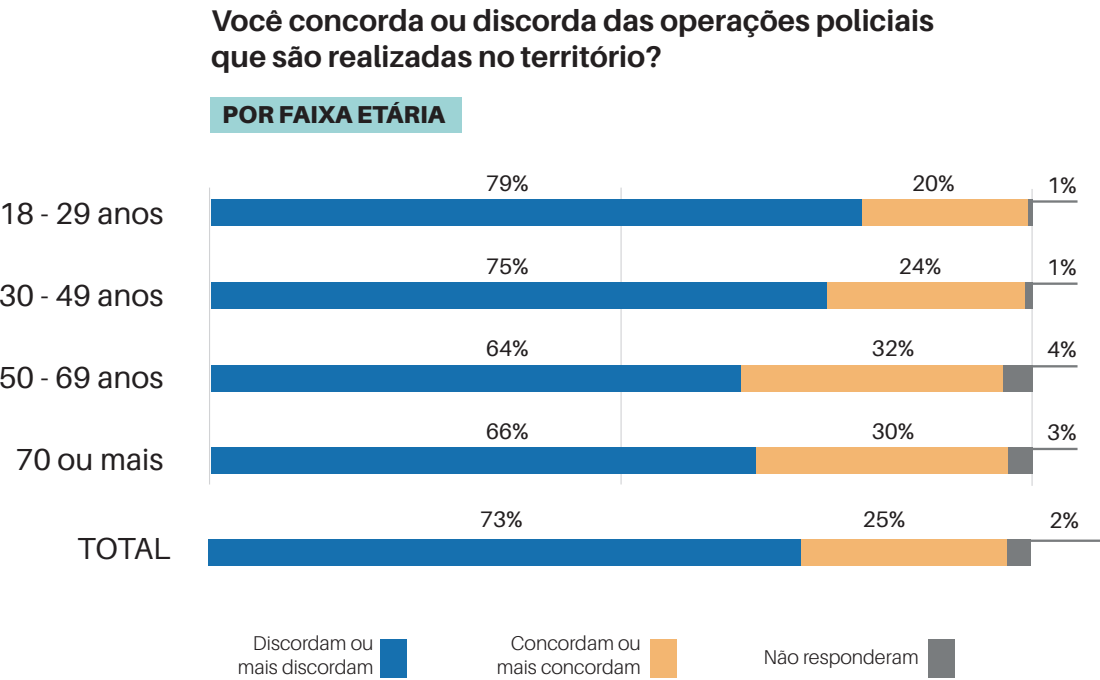
Nos grupos acima de 50 anos, observa-se um aumento relativo da concordância com as operações. Os dados qualitativos indicam que essa diferença pode estar associada à percepção de mudanças nas dinâmicas locais ao longo do tempo. Moradores mais velhos frequentemente citam comparações entre diferentes períodos, apontando para uma transformação nas formas de organização dos grupos armados que se reflete na regulação dos territórios e nas relações cotidianas:

“Antes havia medo, mas havia mais regra; hoje tem menos limite.”

“Muita gente mais velha fala de uma perda de referência.”

“As mediações foram se enfraquecendo.”

“O envolvimento dos mais novos está cada vez mais cedo.”



É possível notar que a relação com as operações policiais é fortemente estruturada por dimensões geracionais. Mais do que diferenças de opinião, os dados indicam distintas formas de vivência no território, entendimento sobre violência e sobre a presença do poder público.

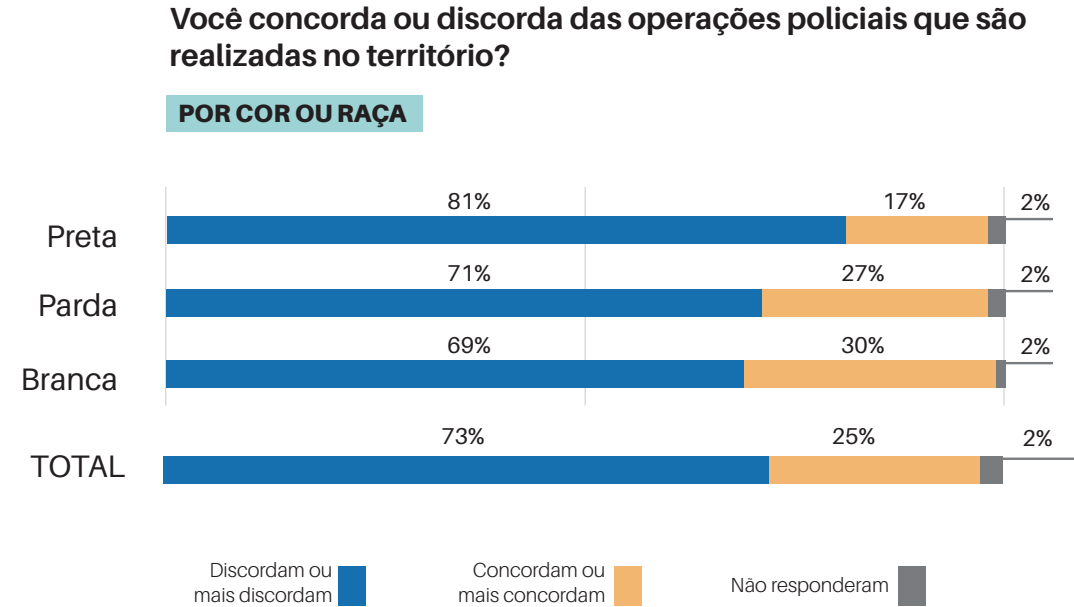
Também merece destaque o recorte racial dos entrevistados. A discordância às operações policiais é majoritária em todos os grupos raciais, mas chega a 81% entre as pessoas pretas. Entre as pessoas brancas, observou-se o maior percentual de concordância, chegando a 30%.

Assim como entre os jovens, a maior discordância entre pessoas pretas pode estar associada a experiências mais recorrentes de exposição à violência policial, indireta e diretamente. A seletividade racial nas abordagens pelas forças de segurança apareceu nos grupos focais:

“Depende da cor e da roupa. Tem gente que nem precisa fazer nada pra ser parado.”

“Se é preto e jovem, já entra como suspeito.”

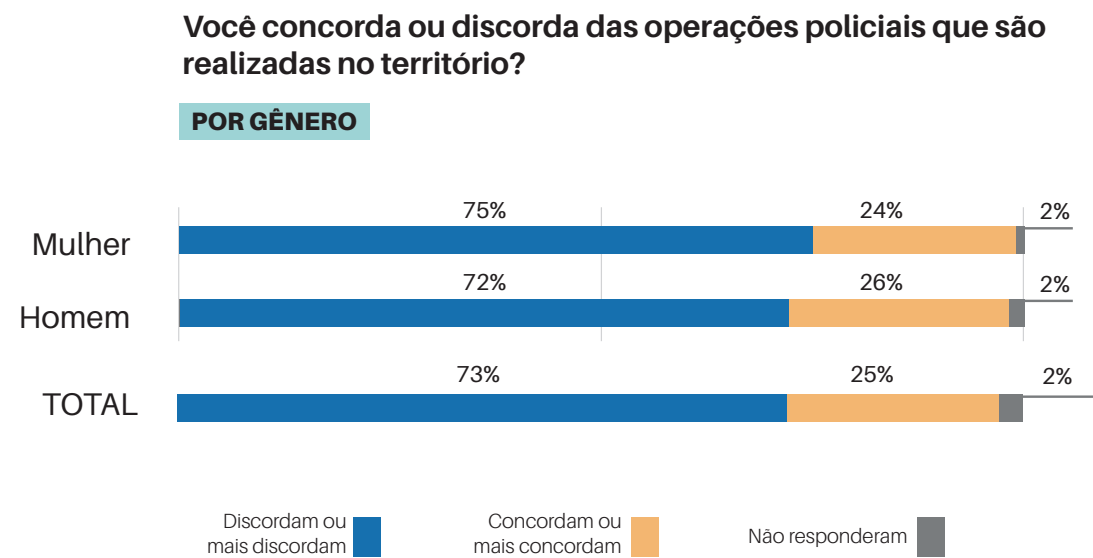
“A abordagem não é igual pra todo mundo, isso a gente vê todo dia.”



Nota: As respostas das pessoas que se declararam indígenas (0,8%) e amarelas (0,6%) não estão neste gráfico, mas constam, em tabela, no relatório ampliado desta pesquisa. Nestes grupos, aproximadamente, 80% das pessoas entrevistadas declararam discordância em relação às operações policiais.

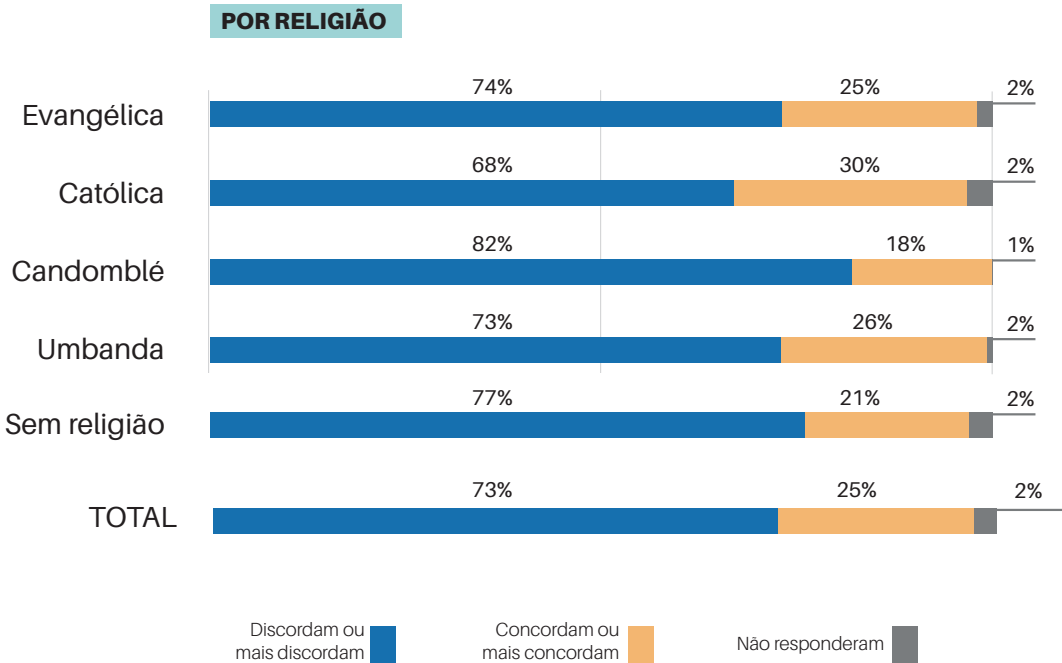


Os demais recortes de perfil – gênero, religião, escolaridade, situação da ocupação – revelam pouca variação no posicionamento. Isso reforça que a reprovação às operações é transversal: atravessa diferentes grupos sociais e não se concentra em um perfil específico de morador.



Nota: As pessoas cis (99,3%) e trans (0,6%) foram contabilizadas de acordo com os respectivos gêneros. As pessoas que se declararam não binárias (0,1%), tiveram suas respostas contabilizadas somente no resultado geral.

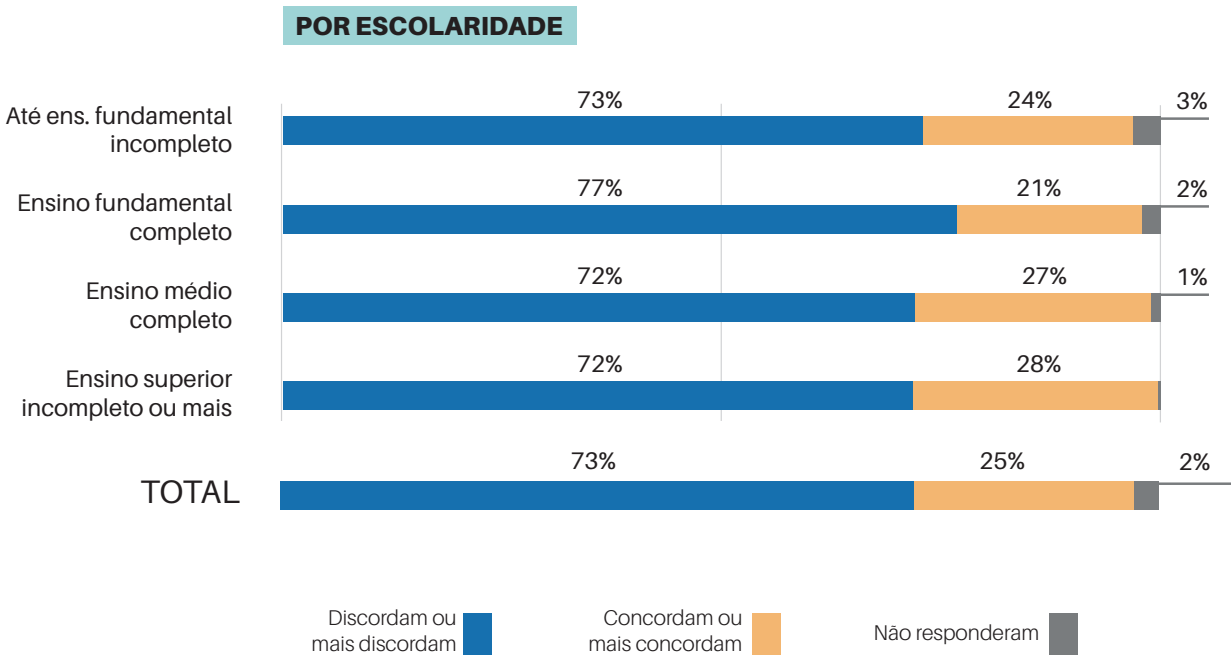
Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas no território?



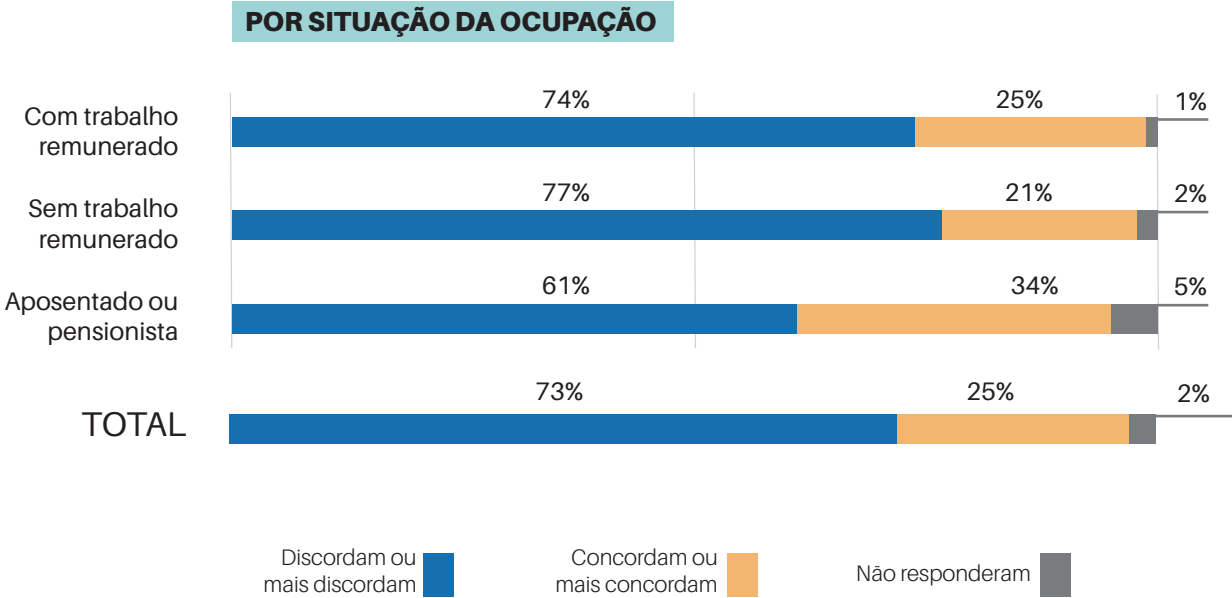
Nota: Neste gráfico, estão os grupos religiosos com participação superior a 5% da população da amostra. As respostas das pessoas que se declararam espíritas, com múltiplo pertencimento ou outra religião constam, em tabela, no relatório ampliado desta pesquisa.



Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas no território?



Você concorda ou discorda das operações policiais que são realizadas no território?



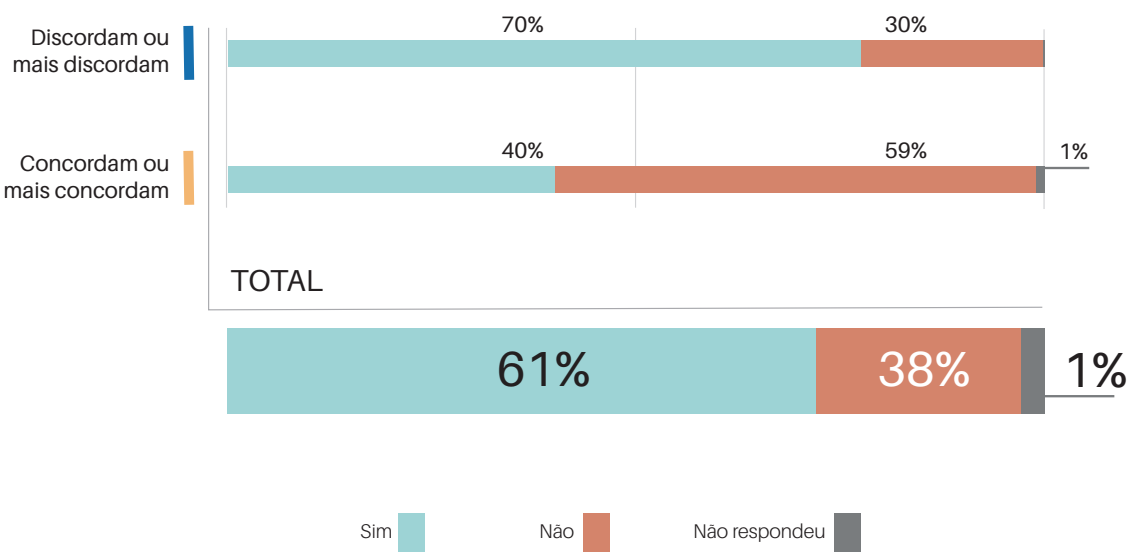
NOTA: Apesar de serem possíveis situações concomitantes, como, por exemplo, ser Aposentado e Ocupado ao mesmo tempo, somente uma resposta foi registrada, sempre de acordo com a autodeclaração.

“Tem gente que apoia, mas não apoia do jeito que acontece.”
“O que se escuta muito é: pode ter, mas não assim.”

2.1. O que molda a opinião dos moradores

Perguntados se alguma situação ou sentimento grave de ameaça, de perda ou de medo contribuiu para o posicionamento em relação às operações policiais, 61% dos entrevistados responderam afirmativamente. Entre aqueles que discordam das operações, esse número chega a 70%.

Alguma situação ou sentimento grave de ameaça, de perda ou de medo contribuiu para o seu posicionamento atual em relação às operações policiais?



Entre os 61% que responderam “sim”, a maioria mencionou o impedimento de circulação dentro e para fora do território. Aparecem com destaque ainda a experiência de ser agredido, física, verbal ou psicologicamente, ou sofrer humilhação; as invasões ou violações de casas, carros e estabelecimentos comerciais; as revistas a pessoas e pertences; e situações de morte, ferimento, extorsão e execução.

“O trauma muda a forma de ver a operação.”

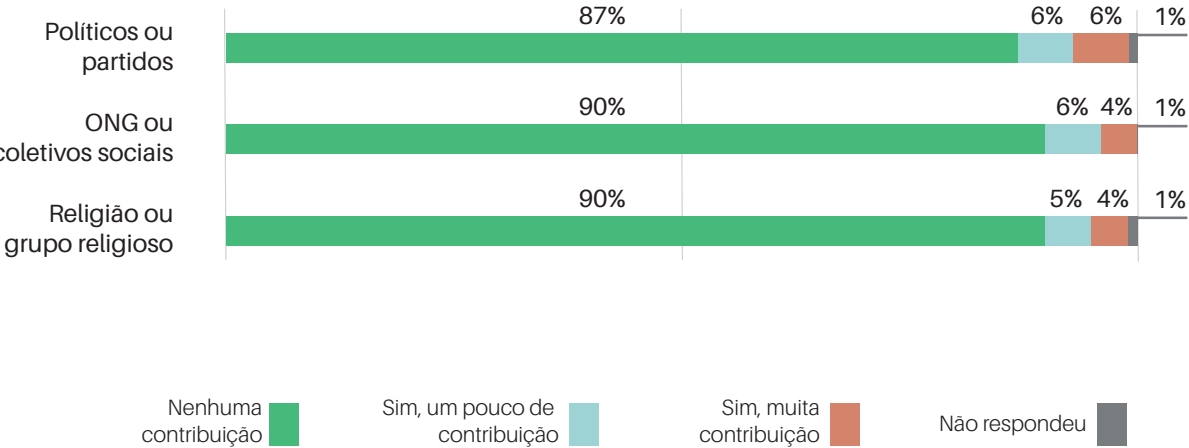
Você disse que considera que uma situação grave de ameaça, de perda ou de medo contribuiu para o seu posicionamento em relação às operações. Quais foram esses acontecimentos?

Respostas	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam	Não responderam
Impedimento do direito de ir e vir (passeio, trabalho, escola etc.)	69,8%	57,2%	59,1%
Agressão, violência, ameaça, intimidação ou humilhação	52,2%	32,9%	10,8%
Patrimônio (casa, carro, comércio) invadido ou violado	47,4%	34,7%	11,2%
Abordagem para revista	35,9%	19,6%	8,2%
Morte por tiro	20,8%	17,0%	6,2%
Ferimento de tiro	18,5%	16,3%	18,1%
Extorsão ou roubo/furto de pertences	16,6%	11,0%	2,7%
Execução	13,5%	7,4%	-
Detenção	5,2%	2,5%	6,2%
Sequestro	2,6%	2,0%	-

Nota: Este quesito foi dirigido apenas aos que responderam que alguma situação grave de ameaça, de perda ou de medo contribuiu para o posicionamento em relação às operações policiais.

Perguntados sobre a influência de políticos ou partidos, entidades, grupos que desenvolvem projetos sociais ou religiosos na opinião sobre as operações policiais, cerca de 90% dos entrevistados respondeu negativamente. Somando aqueles que responderam “sim, muita contribuição” ou “sim, um pouco de contribuição”, a fonte que teve a maior aderência foi a de políticos ou partidos, com 12% do total da amostra. Com relação a entidades e grupos que realizam trabalhos sociais no território, 10% dos entrevistados admitiram a influência. No caso de grupos religiosos, foram 9%.

Alguns desses grupos contribuíram para seu posicionamento em relação às operações policiais?



3. Como os moradores vivenciam as operações policiais

Quase todos os moradores entrevistados (93%) afirmam ter vivenciado diretamente ou ter um familiar que vivenciou operações policiais. Esse padrão se mantém independentemente da posição em relação às operações, com percentuais elevados tanto entre aqueles que discordam (94%) quanto entre aqueles que concordam (91%) com elas.

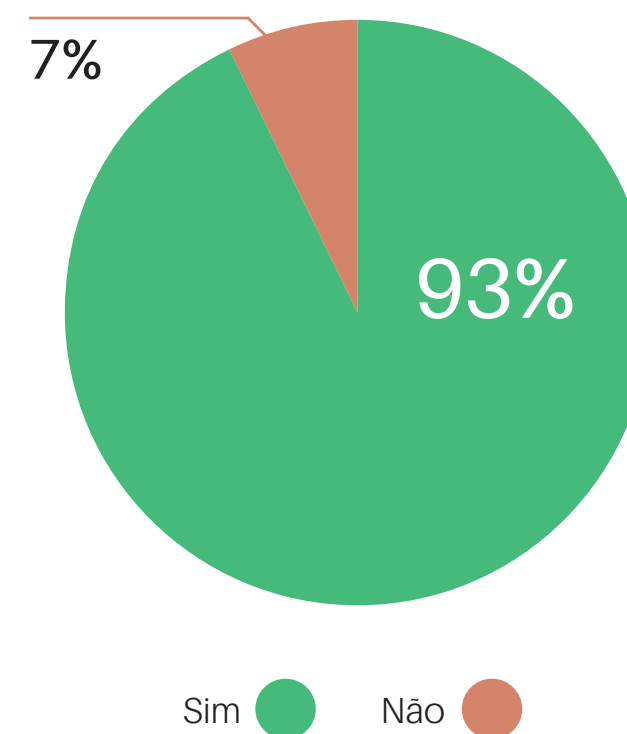
As operações não são eventos excepcionais. Elas constituem uma dimensão estruturante da vida nesses contextos, atravessam rotinas, relações sociais e formas de organização social, ainda que com diferentes graus de recorrência entre os territórios.

Essa dimensão rotineira, marcada pela repetição e pela antecipação das operações, apareceu de forma recorrente nos grupos focais:

“Aqui a violência não é episódio; é rotina.”

“Mesmo sem operação, a gente vive esperando a próxima.”

Você ou alguém da sua família vivenciou alguma operação policial no território?



Aqueles que disseram já ter vivenciado operações policiais foram perguntados sobre os impactos mais frequentes delas e indicaram efeitos cotidianos mais comuns. São acontecimentos que incidem diretamente sobre direitos fundamentais, como o direito de ir e vir, o acesso ao trabalho, à saúde e à educação. Nota-se também que esses efeitos repercutem de maneira mais intensa em crianças e adolescentes.

A restrição de circulação aparece como o impacto mais recorrente, apontado por 51% dos que discordam das operações e 41,5% entre os que concordam. Em seguida aparece a invasão ou violação de domicílio, estabelecimento comercial ou veículo: mencionado por 37,5% entre os que discordam e 22,9% entre os que concordam com as operações. A presença recorrente de tiroteios e de balas perdidas foi apontada por 30,5% dos que discordam e 20,7% dos que concordam com as operações.

A experiência da operação não se reduz ao momento do confronto armado e isso foi destacado nos grupos focais:

“Quando começa, ninguém sai. A vida para.”
“A cidade continua, mas a favela para.”
“A operação muda tudo: rotina, trabalho, escola e saúde.”
“O que mais afeta é não poder sair, trabalhar ou levar filho na escola.”

Durante a operação policial, você ou alguém da sua família foi afetado por algum dos atos que vou mencionar?

Respostas	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Nenhum / Não foi afetado(a)	15,9%	27,7%
Restrição de circular	51,0%	41,5%
Invasão ou violação de patrimônio	37,5%	22,9%
Bala perdida / Tiroteio	30,5%	20,7%
Agressão / Violência / humilhação	25,9%	11,1%
Revista	22,3%	12,5%
Extorsão / Roubo ou furto de pertences	10,5%	4,7%
Sequestro	1,0%	0,3%

Nota: Este quesito foi dirigido apenas aos que vivenciaram (si próprio ou familiar) alguma operação policial no território em que mora.

Embora os impactos das operações afetem tanto quem é contrário quanto quem é favorável a elas, e com praticamente a mesma hierarquia, há diferenças relevantes na prevalência. Em quase todos os acontecimentos observados, a proporção de pessoas impactadas é mais elevada entre aqueles que discordam das operações. Entre aqueles que relatam não terem sido impactados, as coisas se invertem, a proporção é mais elevada entre os que concordam – 27,7% – do que entre os que discordam – 15,9%.

Os números sugerem que o posicionamento em relação às operações está diretamente associado à intensidade da experiência vivida quando elas acontecem. Entre os moradores que discordam das operações, os relatos de exposição a situações de violência, violações de direitos e restrições à mobilidade são mais prevalentes do que entre os que concordam.

Tomando em conta que praticamente todos afirmam já ter vivido uma operação policial, a diferença está em como e com que intensidade elas são vividas. As operações são experiências compartilhadas, mas distribuídas de forma desigual.

Os grupos focais reforçam essa interpretação:

“Quem vive mais isso sabe que não é solução.”
“Às vezes o apoio vem do desespero, não da concordância.”
“Tem apoio que nasce do medo e da falta de alternativa.”

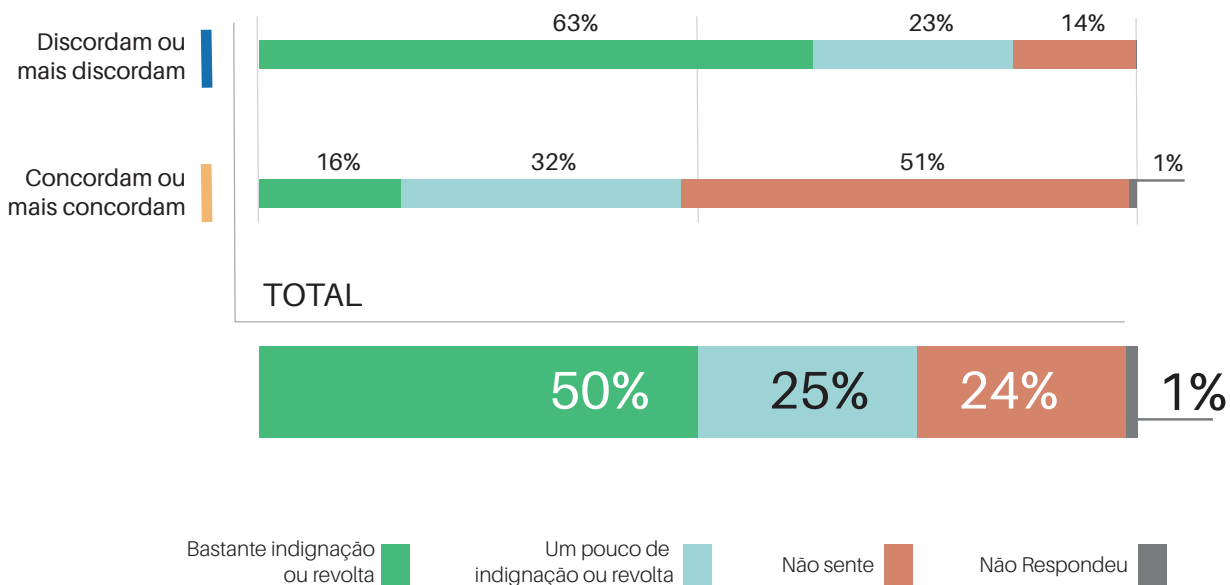
O levantamento qualitativo mostrou que a experiência das operações não é apenas reativa. Ela produz aprendizagem, adaptação, vigilância e silenciamento. Entre os principais efeitos que apareceram nos grupos focais estão o confinamento doméstico, a interrupção de rotinas, o monitoramento constante da situação e a necessidade de orientar crianças e adolescentes sobre como se comportar durante os confrontos.

“As crianças aprendem cedo o que não deveriam aprender.”
“A gente aprende onde se esconder antes de aprender a confiar.”
“Nem todo mundo se sente seguro para falar o que pensa.”

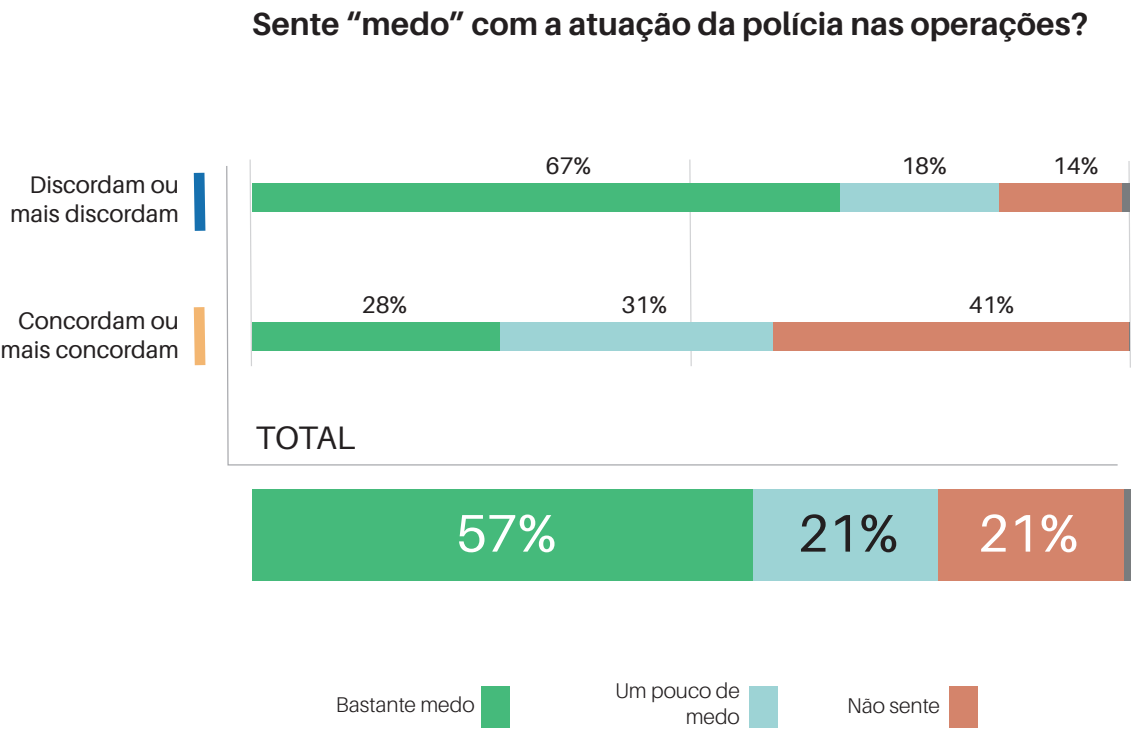
4. O medo que as operações produzem

Questionados se as operações causam indignação ou revolta, 50% dos entrevistados disseram sentir bastante indignação, 25% um pouco e 24% afirmaram não sentir indignação ou revolta. A indignação com a atuação da polícia durante as operações não se restringe aos que são contrários às operações, mas aparece também entre aqueles que são favoráveis. Entre os que são contrários a elas, 86% sentem bastante ou pouca indignação. Entre os favoráveis, a prevalência é menor, mas, ainda assim, 48% admitiram bastante ou pouca indignação, apesar de concordarem com as operações policiais que ocorrem no território.

Sente “indignação ou revolta” com a atuação da polícia nas operações?



A atuação policial aparece como fonte relevante de risco, indicando uma inversão na percepção do papel do Estado. No total, 78% dos entrevistados declararam sentir medo da polícia durante as operações. Pouco ou bastante medo é prevalente entre os dois grupos, sendo resposta de 85% entre aqueles que são contrários às operações e 59% entre os favoráveis.



Aqueles que declararam sentir indignação ou medo com a atuação das forças policiais foram questionados sobre o que causa esses sentimentos. Os que discordam das operações mencionaram, em média, mais acontecimentos ou situações do que aqueles que concordam. Para os dois grupos, destacam-se o medo das balas perdidas, o desrespeito com os moradores, as agressões e as violações de patrimônio.

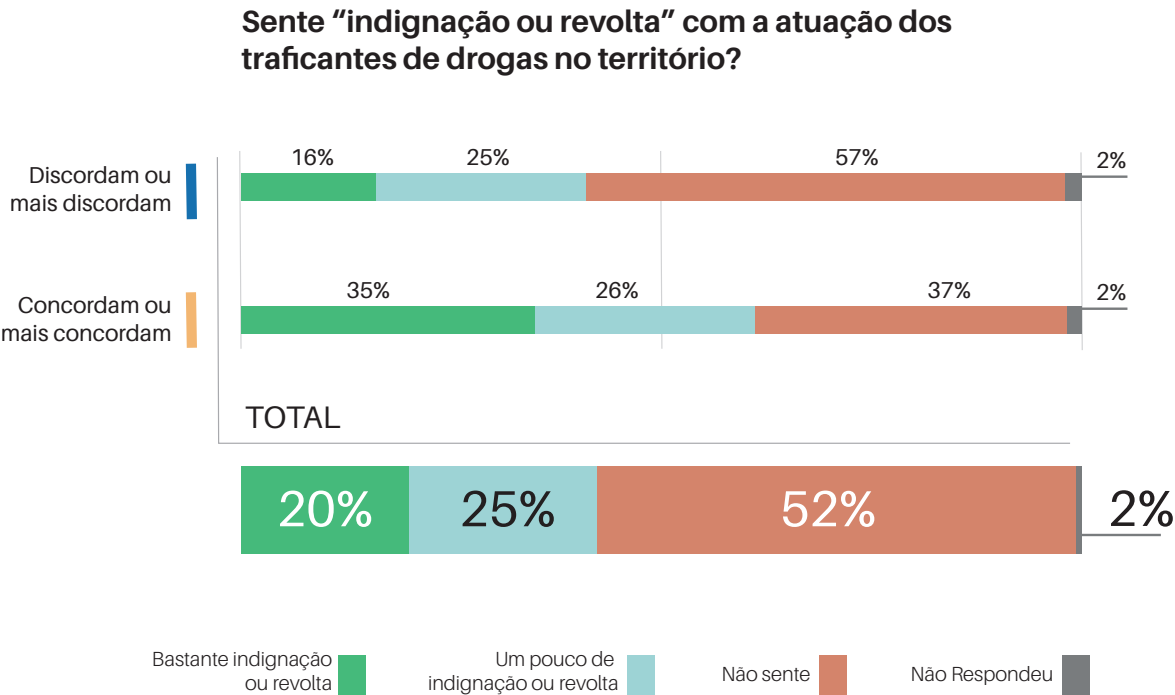
O que lhe deixa com “indignação, revolta ou medo” na atuação da polícia durante as operações?

Respostas	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Bala perdida	61,8%	54,6%
Desrespeito com os moradores	59,1%	50,2%
Agressão, Violência ou Humilhação	54,7%	33,1%
Invasão ou Violação de Patrimônio	46,4%	34,2%
Restrição de circular	44,1%	37,7%
Interrupção dos Serviços Públicos	39,8%	28,8%
Caveirão	27,2%	11,9%
Tiros de helicóptero	26,7%	16,2%
As armas	26,0%	12,5%
Extorsão ou roubo/furto de pertences	19,2%	12,7%
Execução / Mortes	18,6%	9,6%
Revista	15,6%	9,3%
Detenção injusta / Sequestro	3,5%	2,0%

Nota: Este quesito foi dirigido apenas aos que responderam “Bastante” ou “Um pouco”, seja para indignação ou medo.

Questionados se a atuação dos grupos armados causa indignação ou revolta, 52% do total de entrevistados afirmaram não se sentir assim. Perguntados se esses grupos causam medo, 59% responderam negativamente.

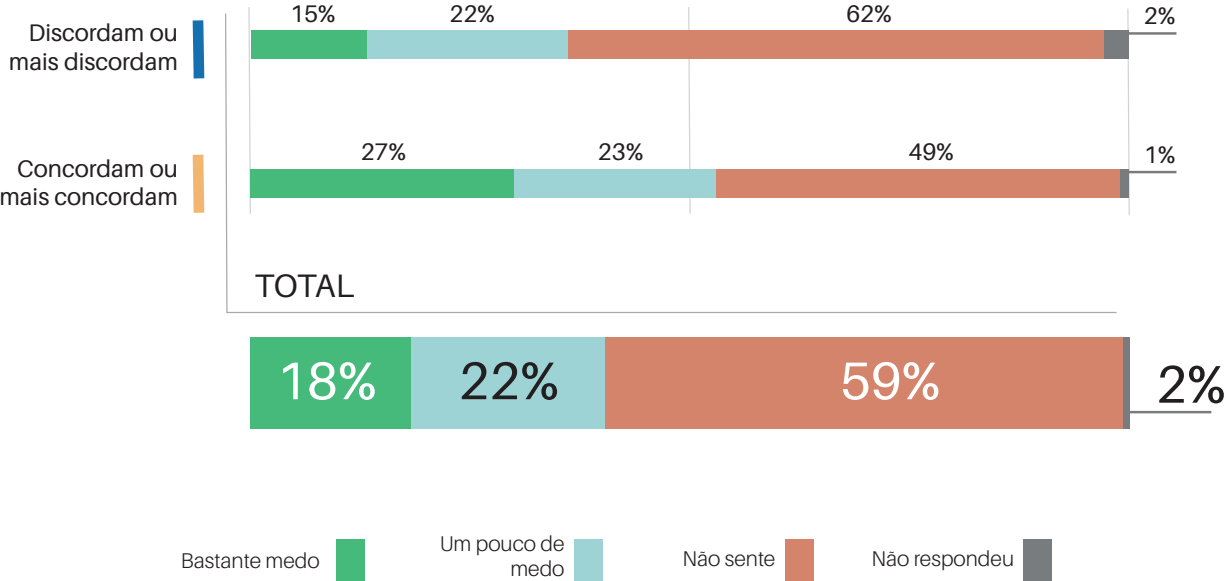
A menor incidência de medo e revolta em relação aos grupos armados pode estar associada a múltiplos fatores: diferenças na natureza da experiência, limites na liberdade de expressão e conformidade devido à presença cotidiana em oposição à imprevisibilidade das operações.



Como era de se esperar, entre quem concorda com as operações é consideravelmente maior o número de pessoas que sentem indignação ou revolta em relação aos grupos armados (61%). No entanto, chama a atenção que neste mesmo grupo, o medo das forças policiais (59%) seja maior do que o medo dos grupos armados (50%). Isso significa que, mesmo entre quem apoia as operações, a polícia é vista como fonte de medo mais frequente do que os próprios grupos armados que as operações afirmam combater. Essa aparente contradição foi resumida em um dos grupos focais:

“A gente vive entre duas violências.”

Sente “medo” com a atuação dos traficantes de drogas no território?



Aqueles que declararam sentir indignação ou medo com a atuação dos grupos armados foram questionados sobre o que causa esses sentimentos. Os que concordam com as operações mencionaram, em média, mais acontecimentos ou situações do que aqueles que discordam. Para os dois grupos, destacam-se desrespeito com os moradores, balas perdidas e a presença de armas.

O que lhe deixa com “indignação, revolta ou medo” na atuação dos traficantes de drogas?

Respostas	Discordam ou mais discordam	Concordam ou mais concordam
Desrespeito com os moradores	41,6%	53,5%
Bala perdida	43,3%	41%
As armas	35,1%	32,8%
Som alto ou bagunça	27,9%	32,2%
Agressão, violência ou humilhação	24,6%	32,8%
Barricadas	24,8%	23,7%
Cobranças de taxas por serviços	16,7%	25,0%
Vadiagem	12,7%	18,9%
Andar à noite na rua	12,1%	17,5%
Restrição de circular	15,1%	17,0%
Invasão ou violação de patrimônio	10,2%	15,3%
Extorsão / Roubo ou furto de pertences	6,0%	10,9%
Execução	8,1%	10,7%
Revista	4,3%	5,3%
Sequestro	1,9%	2,5%

Nota: Este quesito foi dirigido apenas aos que responderam “Bastante” ou “Um pouco”, seja para indignação ou medo.

O quadro emocional que emerge dos dados é de uma população vivendo sob tensão permanente, pressionada por dois lados: os grupos armados que controlam os territórios e o Estado que deveria protegê-la. A indignação e o medo, em diferentes graus, são respostas compartilhadas por quem apoia e por quem rejeita as operações, isto é, independentemente do posicionamento, ninguém se sente seguro.

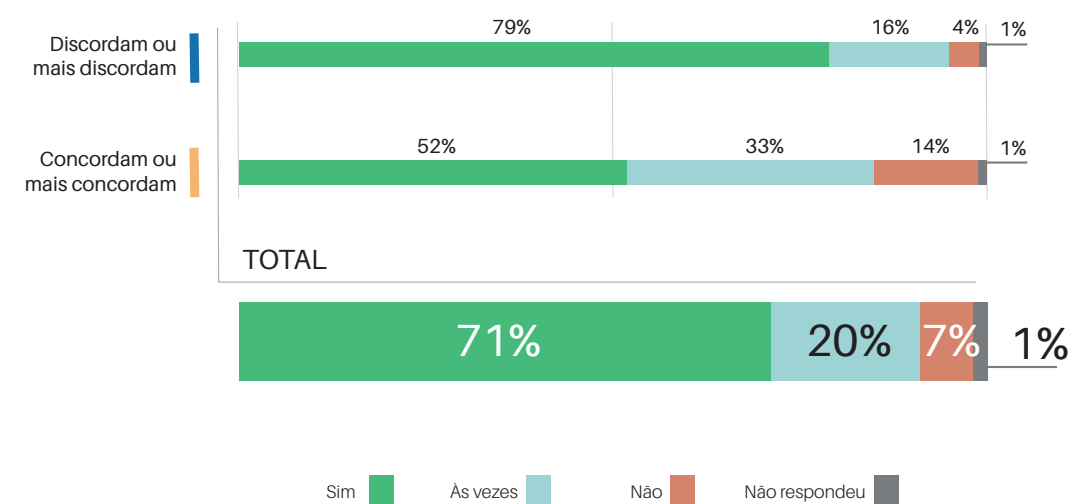


5. Legitimidade e moralidade das operações policiais

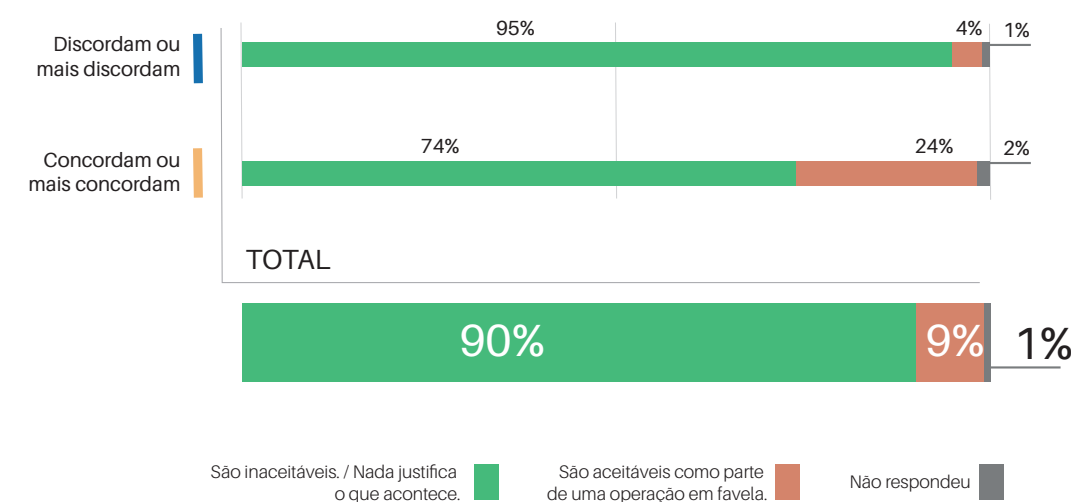
Ao serem perguntados se a polícia comete excessos e ilegalidades durante as operações, 91% dos entrevistados responderam que “sim” ou que “sim, às vezes”.

Entre aqueles que discordam das operações, 95% compartilham essa percepção. Entre os que concordam com as operações, 52% responderam que “sim” e 33% que “sim, às vezes”, o que soma 85%. Esse é um dos resultados da pesquisa que mais aproxima os pontos de vista dos que discordam e concordam com as operações policiais com confronto armado. Há, portanto, um consenso sobre o caráter violento da atuação policial, entendimento que apareceu nos grupos focais.

Acha que a polícia comete excessos e ilegalidades durante as operações?



Em relação aos excessos e ilegalidades que ocorrem durante as operações policiais, com qual afirmativa mais concorda?



Nota: Este quesito foi dirigido apenas aos que responderam que “sim” ou “às vezes” a polícia comete excessos e ilegalidades durante as operações policiais.

“Tem muita indignação com a forma como a operação acontece.”
“A polícia entra como força, não como cuidado.”

Os entrevistados reconhecem os abusos e os rejeitam: 90% consideram os excessos inaceitáveis, alcançando 95% entre aqueles que discordam das operações policiais. Entre os que concordam com as operações, 74% consideram as práticas ilegais inaceitáveis. Ou seja, concordar com as operações não significa aceitar violência.

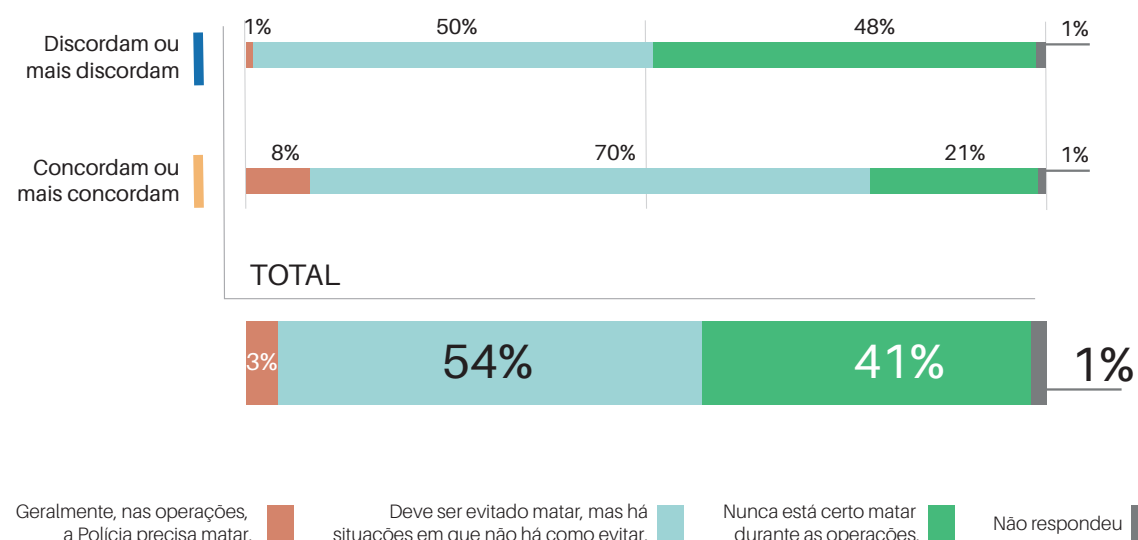
Assim como há rejeição aos abusos, há também rejeição à letalidade deliberada. A maioria dos entrevistados compreende que ela é parte dos confrontos armados, mas apenas 3% concordam com a afirmação “geralmente, nas operações, a polícia precisa matar”. Do total, 41% afirmam que “Nunca está certo matar durante as operações” e 54% concordam que “deve ser evitado matar, mas há situações em que não há como evitar”.

Entre os que são favoráveis às operações, a concordância com “geralmente, nas operações, a Polícia precisa matar” sobe para 8% dos entrevistados. Vale notar que, mesmo neste grupo, 21% defendem que nunca está certo matar durante as operações.

A letalidade não se apresenta, para a maior parte dos moradores, como valor positivo. Nos grupos focais ela surgiu como resultado de uma combinação de desesperança, resignação e naturalização de um padrão violento já consolidado no território.

“Não é defesa da morte; é sensação de perda de controle.”
“Tem apoio que nasce do desespero, não da concordância.”

Quando ocorrem mortes durante as operações policiais, com qual afirmativa concorda?

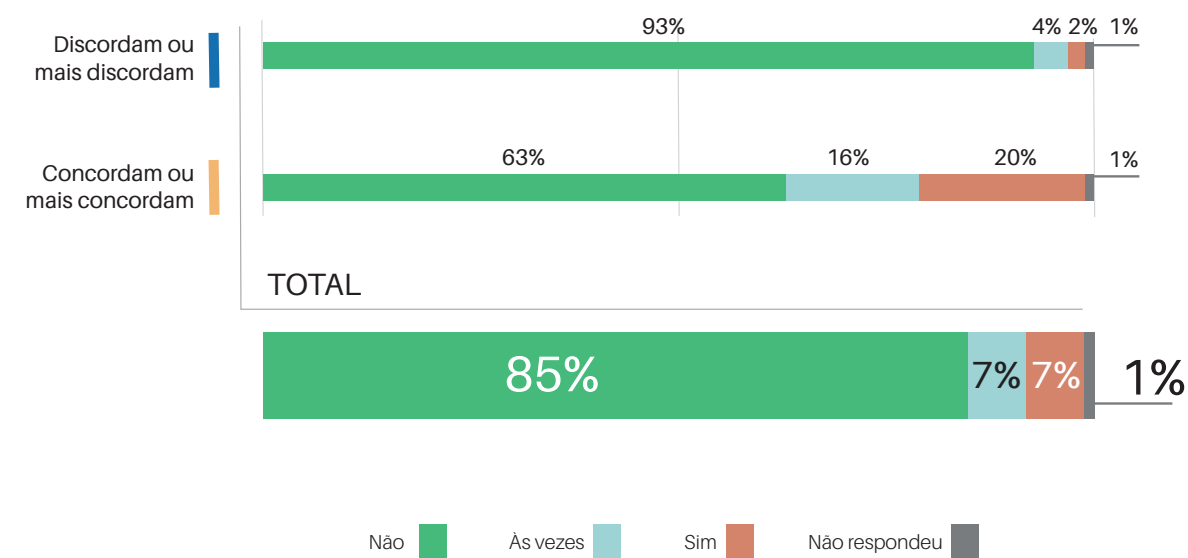


O limite social claro à violência extrema também aparece na rejeição às operações que deixam alto número de mortos. Quando perguntados se operações policiais como a que aconteceu na Penha e no Alemão, com 122 mortos, precisam acontecer outras vezes, 85% dos moradores dizem que não, 7% consideram que às vezes e 7% afirmam que sim.

Mesmo entre os favoráveis às operações, a rejeição a esse modelo de operação é notável: 63% acham que não deve se repetir, 16% às vezes e 20% afirmam que sim. Como era de se esperar, entre aqueles que são contrários às operações, poucos concordam que aquele modelo deve se repetir: 4% disseram que às vezes e 2%, sim.

É possível pensar que há uma fração dos moradores, embora minoritária, que se incomoda com excessos e ilegalidades durante as operações policiais, mas não com a execução de suspeitos de envolvimento com os grupos civis armados.

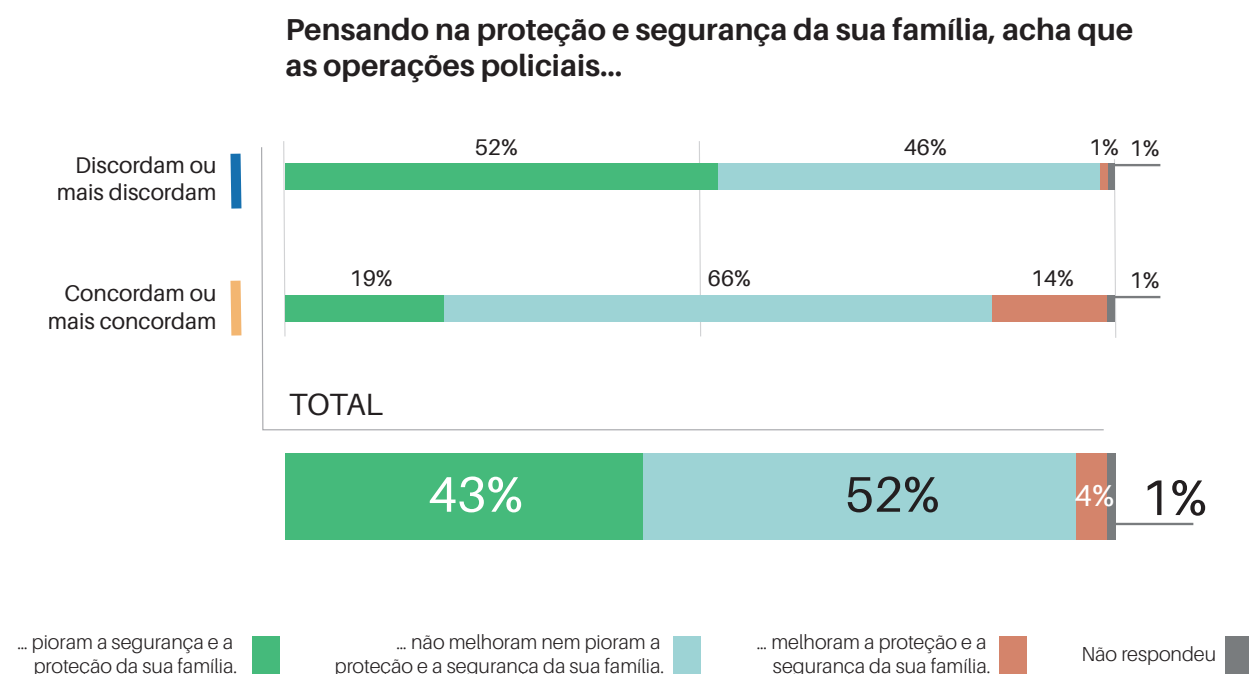
Acha que operações policiais de grande porte, como a que aconteceu no Complexo da Penha e do Alemão, que resultou na morte de 117 suspeitos, precisam acontecer em mais favelas da cidade?



Ainda para testar a moralidade e legitimidade das operações, a pesquisa indagou a percepção dos moradores sobre os efeitos delas na segurança concreta de suas famílias.

Para 52%, as operações “não melhoram nem pioram a proteção e a segurança da família” e, para 43%, “pioram a segurança da família”. Apenas 4% consideram que há melhora.

Há variações expressivas entre os que concordam ou discordam das operações, no entanto, parece haver consenso que as operações não são um instrumento que gera efeitos positivos para o bem estar das famílias. Entre os que discordam das operações aqueles que acreditam que elas pioram ou não têm efeito são 98% e entre os que concordam, são 85%.



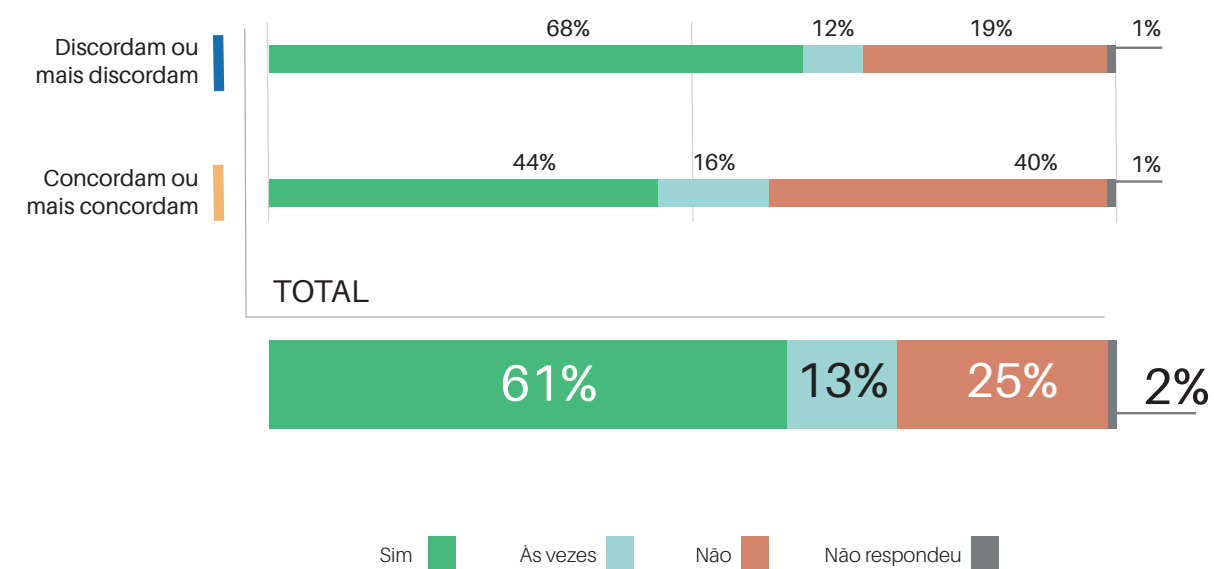
A percepção de racismo nas operações policiais é majoritária. Quando questionados, 61% disseram que sim, 13% às vezes e 25% não.

Entre os entrevistados que discordam das operações policiais, 80% consideram que há algum grau de racismo (soma de sim e às vezes). Entre os que concordam, a percepção do racismo também é majoritária, somando 60% destes. Ou seja, a crítica às operações policiais não se restringe aos seus efeitos imediatos, mas se dá de maneira mais ampla, incorporando a estrutura que define a atuação das forças de segurança. Nos grupos focais, percepções sobre diferenças de tratamento e sobre como suspeição e a exposição à violência são distribuídas de forma desigual foram debatidas:

“A polícia não trata todo mundo igual, isso a gente vê todo dia.”

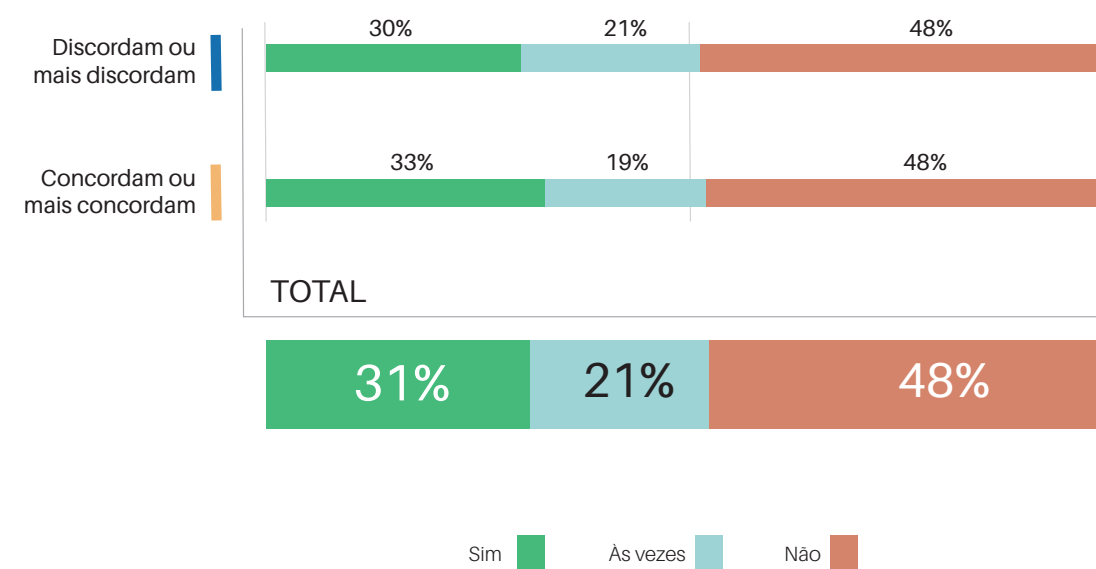
“Se fosse em outro lugar, não seria assim.”

Acha que há racismo no modo como são planejadas e realizadas as operações policiais nas favelas?



A legitimidade das operações também passa pela liberdade (ou falta dela) para falar sobre o assunto. Diante desta questão, a população da amostra ficou dividida: 48% disseram que não sentem medo de expressar sua opinião sobre segurança, enquanto 52% afirmaram sentir medo, somando os percentuais de quem respondeu “sim” ou “às vezes”. Nessa questão praticamente não houve variação entre os que concordam e os que discordam das operações.

Sente medo de expressar sua opinião sobre segurança pública na favela com amigos e vizinhos?



O conjunto de dados deste eixo revela uma crise profunda de legitimidade: os moradores reconhecem os abusos, rejeitam a violência letal, não percebem melhora na segurança de suas famílias e, em sua maioria, identificam racismo na forma como as operações são conduzidas. Tudo isso em um contexto em que mais da metade tem medo de dizer em voz alta o que pensa.



Considerações finais

Os resultados desta pesquisa revelam que entre os moradores da Rocinha, Maré, Penha e Alemão a reprovação às operações é ampla e atravessa diferentes perfis sociais. A esmagadora maioria dos moradores, incluindo a maior parte dos que apoiam as operações, reconhece que a polícia comete excessos e ilegalidades. A legitimidade das operações, portanto, já nasce fragilizada.

Para uma parcela importante dos moradores, apoiar as operações não significa aprová-las e sim não enxergar outra saída. É um apoio condicionado ao medo, à insegurança e à percepção de que o Estado não oferece alternativas visíveis.

Esse quadro se torna ainda mais grave quando se observa que as operações não produzem o efeito que justificaria seu custo social. A percepção predominante é de que elas ou pioram a situação ou simplesmente não alteram o cotidiano de quem vive nesses territórios. O principal argumento que poderia sustentar a legitimidade das operações, sua capacidade de gerar proteção concreta para as famílias, não encontra respaldo entre os próprios moradores.

O que emerge dos dados é um quadro de esgotamento. As operações são experiências quase universais nesses territórios, interrompem rotinas, restringem a circulação, violam domicílios e produzem medo de forma permanente. A presença estatal, que deveria estar associada à proteção, é frequentemente percebida como fonte de risco. Ou seja, as operações policiais, tal como hoje se realizam, são percebidas como forma de gestão violenta do território.

A crítica que emerge dos resultados da pesquisa não se limita à discordância com práticas específicas, mas revela a fragilidade crescente da legitimidade dessa forma de presença estatal, indicando a urgência da revisão estrutural da política de segurança pública. Por essa razão, as organizações que produziram esse estudo – Redes da Maré, Frente Penha, Instituto Raízes em Movimento, Instituto Papo Reto, Fala Roça e A Rocinha Resiste – defendem que, mais do que a forma como as operações são conduzidas, é necessário mudar o paradigma que define a relação das forças de segurança com esses territórios. Apenas assim será possível recuperar legitimidade, garantir direitos e transformar efetivamente a vida daqueles que vivem sob o medo e a violência constantes.

* * * * *

REALIZAÇÃO:



APOIO:

